

NOVELA DO ESPAÇO RURAL

21-12-96

[Revalorização do campo pede mais que o alto íbope de ‘O Rei do Gado’]

Um dos fatos que mais marcou o Brasil em 1996 foi a inusitada revalorização do espaço rural. A começar pela novela da Globo que, seis noites por semana, pode nos transportar a uma realidade muito pouco revelada pelos meios de comunicação. Do desespero dos sem-terra à impotência de um senador que não se curva aos latifundiários, passando por infortúnios familiares de empresários agrícolas bem sucedidos, os infindáveis capítulos de ‘O Rei do Gado’ vão revelando muitas das rápidas transformações da vida rural brasileira impostas pelo frenético processo de urbanização das últimas décadas.

Outro sintoma de revalorização do espaço rural surgiu na esfera política. Também foi em 1996 que o governo começou a tratar com mais afinco as ações de assentamento, e lançou o “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar” (PRONAF). As dificuldades e os limites dessas políticas não devem ofuscar o seu sentido histórico: pela primeira vez foi aceita entre nós a necessidade de expandir e fortalecer uma forma de ocupação geradora de renda antes desprezada como excrescência anacrônica.

Pouca gente deve lembrar que, em 1983, no início da redemocratização, a palavra “assentamento” ainda era um barbarismo. E muitos já podem ter esquecido também que a expressão “agricultura familiar” continuava a ser exótica durante a campanha eleitoral de 1994. A primeira noção só foi aceita durante o governo Sarney e a segunda ainda não foi completamente assimilada.

Nenhuma das duas teria entrado em nosso vocabulário político se não respondesse a uma necessidade objetiva do processo socioeconômico. Continuariam bárbaras e exóticas se a economia urbana fosse capaz de empregar, mesmo que parcialmente, novas vagas de retirantes. Mas a sociedade parece estar se dando conta, com muito atraso, de que o crescimento econômico nas cidades, por mais forte que venha a ser, será incapaz de reduzir ou estabilizar o atual desemprego urbano. Por maior que venha ser a geração de empregos urbanos ela será insuficiente para absorver os desocupados e os que ainda estão por ingressar no mercado de trabalho. Um crescimento do PIB de 5% tem provocado um aumento dos empregos de apenas 0,3% e, na melhor das hipóteses, de 3% do total das ocupações. Ou seja, qualquer anseio de desenvolvimento - isto é, crescimento includente - será mero sonho se não puder ampliar também as oportunidades de geração de renda no meio rural.

Nos últimos quinze anos, as ocupações no meio urbano aumentaram mais de 60%, passando de 31,5 para 50,8 milhões. Já as ocupações no meio rural aumentaram apenas 13%, passando de 16,3 para 18,4 milhões. Os ocupados em atividades rurais agrícolas passaram de 13,2 para 14,5 milhões, aumentando 10%, enquanto os ocupados em atividades rurais não-agrícolas passaram de 3,1 para 3,9 milhões, aumentando 26%. E a categoria que mais cresceu foi a dos ocupados em atividades agrícolas com residência urbana. Passaram de 2,5 para 3,7 milhões, um salto de 48%.

No mesmo período, aumentou em mais de 40% a população residente nas cidades, enquanto a queda da população residente no meio rural foi de pouco mais de 7%. Isto faz com que hoje existam apenas 4 ocupações para cada 10 residentes urbanos, enquanto essa relação é de quase 6 para 10 no meio rural.

O maior problema não está, portanto, na falta de ocupações rurais, mas, principalmente na insuficiência de ocupações rurais geradoras de renda. A redução do emprego agrícola pode estar sendo contrabalançada pela expansão do emprego rural não-agrícola, com níveis salariais equivalentes (muito mais baixos dos que os pagos nas cidades para tarefas semelhantes). Só que o conjunto dos assalariados corresponde, no máximo, à metade das ocupações no meio rural. A outra metade, que vive em milhões de imóveis rurais de pequeno e médio porte, constitui um valioso capital humano que tende a ser sacrificado pelo viés urbano do estilo de crescimento; mas que também pode ser a base de uma virada. Tudo depende da importância que for atribuída a uma estratégia de desenvolvimento rural que possa liberar o potencial da agricultura familiar, melhorar as condições de barganha dos empregados rurais e promover a geração de renda em novas atividades rurais não-agrícolas.

Para tanto, não bastará que continue a subir o íbope dos sem-terra e dos empresários rurais depois da novela. Será necessário que essa revalorização do espaço rural se transforme em um amplo movimento de repúdio ao arrogante atraso da atual bancada ruralista.